

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 21

Pedro, maior e capaz, compareceu a uma delegacia de polícia para ser ouvido como testemunha em IP. Todavia, quando Pedro apresentou sua carteira de identidade, a autoridade policial a reteve e, sem justo motivo nem ordem judicial, permaneceu com tal documento durante quinze dias.

Nessa situação hipotética, a atitude da autoridade policial constituiu

- A crime punível com multa.
- B fato atípico, pois sua conduta não pode ser considerada crime ou contravenção penal.
- C contravenção penal punível com prisão simples.
- D crime punível com detenção.
- E crime punível com reclusão.

QUESTÃO 22

Com base na Lei n.º 8.069/1990, assinale a opção que apresenta medida passível de aplicação por autoridade competente tanto a criança quanto a adolescente que cometa ato infracional.

- A prestação de serviços à comunidade
- B internação em estabelecimento educacional
- C requisição de tratamento psicológico
- D inserção em regime de semiliberdade
- E liberdade assistida

QUESTÃO 23

Alice, de dez anos de idade, moradora de Goiânia – GO, irá viajar para Salvador – BA e, posteriormente, para o exterior.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.069/1990, se estiver acompanhada de um

- A dos pais, Alice precisará de autorização judicial para viajar para Salvador – BA e para o exterior.
- B tio que apresente documento comprovando o parentesco, Alice não precisará de autorização judicial para viajar para Salvador – BA.
- C irmão maior de dezoito anos que apresente documento comprovando o parentesco, Alice não precisará de qualquer tipo de autorização para viajar para o exterior.
- D primo adolescente, Alice poderá viajar para Salvador – BA, independentemente de qualquer tipo de autorização.
- E dos pais, Alice não precisará de qualquer tipo de autorização para viajar para o exterior.

QUESTÃO 24

De acordo com o que prevê o Estatuto do Idoso — Lei n.º 10.741/2003 —, constitui infração administrativa

- A induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou de deles dispor livremente.
- B deixar o profissional de saúde de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso dos quais tiver conhecimento.
- C lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.
- D coagir, de qualquer modo, o idoso a outorgar procuração.
- E negar o acolhimento do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento.

QUESTÃO 25

Caso uma pessoa seja ré em processo criminal por supostamente ter cometido homicídio qualificado, eventual interceptação de suas comunicações telefônicas

- A dependerá de ordem do juiz competente, sob sigilo de justiça.
- B poderá ser admitida por meio de parecer favorável de representante do MP.
- C não poderá exceder o prazo improrrogável de quinze dias, se concedida pelo juiz.
- D poderá ser admitida, ainda que a prova possa ser feita por outros meios.
- E deverá ser negada, se for requerida verbalmente ao juiz competente.

QUESTÃO 26

- Cláudio responde a IP por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de reclusão.
- Ana é ré em processo criminal por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de detenção.
- Clóvis responde a IP por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de detenção.

Nessas situações hipotéticas, poderá ocorrer a interceptação das comunicações telefônicas

- A de Cláudio e de Clóvis, mediante requerimento da autoridade policial.
- B somente de Ana, por meio de requerimento do representante do MP.
- C somente de Clóvis, mediante requerimento do representante do MP.
- D de Ana, de Clóvis e de Cláudio, por meio de despacho de ofício do juiz ou mediante requerimento da autoridade policial ou do representante do MP.
- E somente de Cláudio, por meio de despacho de ofício do juiz.

QUESTÃO 27

Nas eleições municipais de Goiânia – GO para o ano de 2016,

- Fernanda foi candidata a vereadora;
- Flávio foi candidato a prefeito;
- Clara foi eleitora;
- Paulo foi membro da mesa receptora;
- João foi fiscal de partido político.

Nessas situações hipotéticas, de acordo com a Lei n.º 4.737/1965, não poderiam ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito, desde quinze dias antes da eleição,

- A Fernanda, Flávio e Clara.
- B Flávio, Clara e João.
- C Paulo e João.
- D Fernanda e Flávio.
- E Clara, Paulo e João.

QUESTÃO 28

De acordo com a Lei n.º 10.741/2003, a retenção, sem justo motivo, de cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios de pessoa idosa é considerada

- A** crime de ação penal pública incondicionada.
- B** infração administrativa.
- C** crime punível com reclusão, seja a conduta culposa, seja ela dolosa.
- D** fato atípico, pois constitui conduta que não pode ser considerada crime.
- E** contravenção penal.

QUESTÃO 29

De acordo com a Lei n.º 7.492/1986, o indivíduo que gerir fraudulentamente determinada instituição financeira

- A** não poderá ser vítima da decretação de prisão preventiva no curso do processo.
- B** cometerá crime cuja ação penal será promovida pelo MPF.
- C** terá sua pena aumentada de um terço, se a gestão tiver sido temerária.
- D** responderá por crime, ainda que tenha agido culposamente.
- E** cometerá crime que deverá ser processado e julgado pela justiça estadual.

QUESTÃO 30

Com base na Lei n.º 7.492/1986, a tipificação dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional

- A** inadmite confissão espontânea perante autoridade policial.
- B** inadmite coautoria.
- C** inadmite participação.
- D** admite coautoria ou participação, e, se ocorrer confissão espontânea que revele toda a trama delituosa, a pena será reduzida de um a dois terços.
- E** admite coautoria ou participação, e, se ocorrer confissão espontânea que revele toda a trama delituosa, será concedido o perdão judicial da pena.

QUESTÃO 31

Em determinada eleição municipal,

- Luciano tentou votar mais de uma vez;
- ao fazer propaganda eleitoral, Márcio injuriou Carmem, ofendendo-lhe a dignidade;
- Tatiane tentou violar o sigilo de uma urna.

Nessas situações hipotéticas, à luz da Lei n.º 4.737/1965,

- A** Tatiane poderá ter a pena reduzida em razão da tentativa.
- B** Márcio, necessariamente, terá a pena aplicada pelo juiz, ainda que tenha agido em caso de retorção imediata que consista em outra injúria.
- C** Luciano, Márcio e Tatiane responderão por crime de ação pública.
- D** Márcio responderá por crime de ação privada.
- E** Luciano poderá ter a pena reduzida em razão da tentativa.

QUESTÃO 32

- Gabriel, como dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestantes, deixou de fornecer a uma parturiente, na ocasião da alta médica desta, declaração de nascimento em que constassem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- Júlia, professora de ensino fundamental, teve conhecimento de caso que envolvia suspeita de maus-tratos contra uma aluna de dez anos de idade e deixou de comunicar o fato à autoridade competente.
- Alexandre hospedou, no hotel do qual é responsável, um adolescente que estava desacompanhado de seus pais ou de um responsável e sem autorização escrita deles ou de autoridade judiciária.

Nessas situações hipotéticas, de acordo com o que prevê o ECA,

- A** somente Gabriel e Alexandre responderão por crime.
- B** somente Júlia e Alexandre responderão por infração administrativa.
- C** somente Gabriel e Alexandre responderão por infração administrativa.
- D** Gabriel, Júlia e Alexandre responderão por crime.
- E** somente Gabriel e Júlia responderão por crime.

QUESTÃO 33

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

- A** não apresenta força jurídica vinculante, entretanto consagra a ideia de que, para ser titular de direitos, a pessoa deve ser nacional de um Estado-membro da ONU.
- B** não prevê expressamente instrumentos ou órgãos próprios para sua aplicação compulsória.
- C** prevê expressamente a proteção ao meio ambiente como um direito de todas as gerações, bem como repudia o trabalho escravo, determinando sanções econômicas aos Estados que não o combaterem.
- D** é uma declaração de direitos que deve ser respeitada pelos Estados signatários, mas, devido ao fato de não ter a forma de tratado ou convenção, não implica vinculação desses Estados.
- E** inovou a concepção dos direitos humanos, porque universalizou os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, privilegiando os direitos civis e políticos em relação aos demais.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei n.º 7.210/1984 — LEP —, a prestação de trabalho

- A** decorrente de pena restritiva de direito deve ser remunerada.
- B** em ambiente externo tem de ser autorizada pelo juiz da execução penal e depende de critérios como aptidão, disciplina e responsabilidade.
- C** a entidade privada depende do consentimento expresso do preso, que terá sua autorização de trabalho revogada se for punido por falta grave.
- D** é obrigatória tanto para o preso provisório quanto para o definitivo.
- E** externo é proibida ao preso provisório e ao condenado que cumpre pena em regime fechado.

QUESTÃO 35

José subverteu a disciplina interna do estabelecimento prisional por ter praticado ato previsto como crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que prevê a LEP relativamente ao RDD,

- A** o RDD poderá ser aplicado a José pelo diretor do estabelecimento prisional, que, na decisão, deverá considerar o comportamento de José e os motivos de sua prisão.
- B** a submissão de José ao RDD ocorrerá se o crime praticado por ele for tipificado na modalidade dolosa ou culposa, que cause dano ao patrimônio ou à integridade física de outrem.
- C** para que José seja submetido ao RDD, o crime por ele cometido deve ser doloso e ter sido praticado com violência ou grave ameaça a pessoa, hipótese que configura falta grave.
- D** não será admitida a aplicação do RDD a José se ele for um preso provisório, uma vez que a LEP prevê ser requisito para esse regime o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- E** se for submetido ao RDD, José ficará recolhido em cela individual, terá direito a visitas semanais e poderá sair da cela diariamente para banho de sol.

QUESTÃO 36

De acordo com as disposições da LEP, o recolhimento em residência particular somente será admitido quando se tratar de

- A** condenada em regime qualquer aberto que tenha filho portador de deficiência física ou mental.
- B** condenado acometido de doença grave, independentemente do regime de cumprimento da pena.
- C** condenada em avançado estado de gravidez, independentemente do regime de cumprimento da pena.
- D** condenada que tenha filho menor de idade e esteja em regime aberto ou semiaberto.
- E** condenado cuja idade ultrapasse os setenta anos e que esteja em qualquer regime diverso do fechado.

QUESTÃO 37

De acordo com a LEP, se um preso for comunicado sobre o falecimento de uma irmã dele,

- A** o juiz da execução poderá autorizar a saída temporária do preso para comparecimento ao enterro, desde que ele apresente bom comportamento no estabelecimento prisional.
- B** ele não terá direito à saída do estabelecimento prisional, devido ao fato de não haver previsão de concessão desse benefício em caso de falecimento de irmão.
- C** o diretor do estabelecimento prisional poderá conceder a permissão de saída ao preso, independentemente de ele ser preso provisório ou de estar cumprindo pena em regime fechado.
- D** o diretor do estabelecimento deverá comunicar o falecimento ao juiz da execução, que poderá conceder a permissão de saída para o preso, ficando este sujeito à monitoração eletrônica caso esteja cumprindo pena em regime semiaberto ou aberto.
- E** o diretor do estabelecimento poderá autorizar a saída temporária do preso, que, mediante escolta, poderá permanecer fora do estabelecimento prisional pelo tempo que for necessário para cumprir a finalidade da saída.

QUESTÃO 38

Por ter praticado infração penal contra Lúcio, Ana foi presa em flagrante e conduzida à delegacia, onde se constatou que o tipo penal correspondente à infração praticada por Ana prevê pena máxima de dois anos e multa.

Nessa situação hipotética, a autoridade policial deverá

- A** exigir o pagamento da fiança, devido ao fato de o crime admitir pena de multa.
- B** instaurar IP mediante a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- C** converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, por não se tratar de crime de menor potencial ofensivo.
- D** lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo ao juizado juntamente com a autora do fato e a vítima.
- E** encaminhar imediatamente as partes ao juizado, para audiência de conciliação.

QUESTÃO 39

Uma pessoa denunciada por crime para o qual a pena mínima é igual a um ano recebeu e aceitou uma proposta do MP prevista na Lei n.º 9.099/1995. Nesse caso, a proposta em questão caracteriza-se como uma

- A** suspensão condicional da pena, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser condenada definitivamente por outro crime.
- B** transação penal, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- C** transação penal, caso o crime cometido seja de menor potencial ofensivo.
- D** suspensão condicional da pena, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- E** suspensão condicional do processo, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser processada por contravenção penal no curso do prazo.

QUESTÃO 40

De acordo com os termos da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, na situação em que um indivíduo tenha sido preso em flagrante por ter cometido furto simples — cuja pena prevista é de reclusão, de um a quatro anos, e multa —, o MP, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, estando presentes os demais requisitos que autorizem a suspensão condicional da pena, previstos em artigo do CP. Nesse caso,

- A** o MP poderá propor a suspensão do processo ainda que o réu tenha sido condenado por outro crime na semana anterior à do cometimento do furto.
- B** se o juiz deferir a suspensão do processo, o prazo da prescrição penal do crime correrá durante o curso do prazo da suspensão.
- C** se for deferida a suspensão do processo, a autoridade judiciária deverá declarar extinta a punibilidade depois de expirado o prazo, sem revogação da suspensão.
- D** se o juiz deferir a suspensão do processo, esta será mantida ainda que no seu curso o indivíduo venha a ser processado por contravenção penal.
- E** a decisão do juiz, pelo deferimento da suspensão do processo, independerá da aceitação do acusado.

QUESTÃO 41

O juizado especial cível da justiça federal é competente para processar e julgar

- A** causa entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil.
- B** ação de anulação de ato administrativo federal de lançamento fiscal.
- C** ação sobre bem imóvel da União.
- D** mandado de segurança referente a disputa sobre direitos indígenas.
- E** causa entre organismo internacional e município brasileiro.

QUESTÃO 42

De acordo com a LEP, se determinado preso provisório cometer crime doloso após o encarceramento, ele estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, sem prejuízo da sanção penal,

- A** mediante decisão da autoridade administrativa competente, independentemente da manifestação do juiz competente.
- B** por decisão da autoridade administrativa competente, precedida da manifestação do MP e da defesa.
- C** caso o novo ato cometido, previsto como crime doloso, seja punível com reclusão.
- D** que poderá limitar o número de pessoas e a duração das visitas semanais.
- E** depois de transitar em julgado eventual decisão condenatória do crime que motivou a sua prisão, pois, como preso provisório, ele não pode ser sujeito ao referido regime.

QUESTÃO 43

- Vera destruiu grande quantidade de matéria-prima com o fim de provocar alta de preço em proveito próprio.
- Túlio formou acordo entre ofertantes, visando controlar rede de distribuição, em detrimento da concorrência.
- Lucas reduziu o montante do tributo devido por meio de falsificação de nota fiscal.

De acordo com a Lei n.º 8.137/1990, que regula os crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo, nas situações hipotéticas apresentadas, somente

- A** Vera cometeu crime contra a ordem econômica.
- B** Lucas cometeu crime contra as relações de consumo.
- C** Vera e Túlio cometeram crime contra a ordem tributária.
- D** Vera e Lucas cometeram crime contra as relações de consumo.
- E** Túlio cometeu crime contra a ordem econômica.

QUESTÃO 44

Com relação às infrações penais previstas na Lei n.º 8.078/1990, que instituiu o CDC, assinale a opção correta.

- A** No processo penal referente às infrações previstas no CDC, é vedada a atuação de assistentes do MP.
- B** Todas as infrações tipificadas no CDC possuem pena máxima prevista de até dois anos.
- C** Para que o infrator possa ser processado e julgado, é necessário que ele tenha agido com dolo.
- D** A pena será agravada se a infração for cometida no período noturno.
- E** A pena será agravada se a infração for cometida em domingo ou feriado.

QUESTÃO 45

De acordo com a LO-PC/GO, que dispõe sobre os princípios, a organização e o funcionamento da instituição bem como sobre as competências, as prerrogativas, as garantias e os deveres de seus servidores, assinale a opção correta.

- A** Não poderá concorrer a promoções o policial civil que, a juízo do Conselho Superior da Polícia Civil, estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou criminal.
- B** O quadro básico de pessoal efetivo da PC/GO é integrado pelos cargos de delegado de polícia, perito criminal, médico legista, escrivão de polícia, agente de polícia e papiloscopista policial.
- C** As remunerações dos servidores policiais civis do estado de Goiás compõem-se de uma parcela fixa e uma parte variável de acordo com os cargos da carreira e as condições especiais de prestação de serviço, compreendida por adicionais, gratificações e verbas indenizatórias.
- D** No conceito de atuação técnico-científica e imparcial na condução da atividade investigativa, está compreendido o exercício de perícia oficial como atribuição específica da PC/GO.
- E** O servidor policial civil, em qualquer situação, tem prioridade para requisitar e utilizar, quando necessário, serviços de transporte e comunicação públicos e privados, respeitadas as prerrogativas das demais carreiras.

QUESTÃO 46

À luz da LO-PC/GO, assinale a opção correta no que diz respeito à estrutura, organização e competência da PC/GO.

- A** É atribuição exclusiva do secretário de segurança pública, mediante proposição do delegado-geral, autorizar o policial civil a afastar-se da respectiva unidade federativa, em serviço e dentro do país, bem como determinar a instauração de processo administrativo disciplinar e(ou) sindicância policial.
- B** A PC/GO é órgão autônomo dotado de autonomia financeira e administrativa, cabendo aos seus órgãos de instância superior o planejamento, a programação e a dotação de seus investimentos.
- C** Os policiais civis legalmente investidos nos cargos da carreira policial do estado de Goiás gozam de autonomia e independência funcional no exercício das suas respectivas atribuições.
- D** As unidades de Assessoramento Superior da PC/GO têm como atribuições a proposição, a deliberação e a definição das políticas de caráter institucional.
- E** As unidades de execução operativa da PC/GO, a exemplo das delegacias de polícia distritais e delegacias de polícia especializadas estaduais, têm por finalidade o exercício das funções de polícia judiciária e a investigação policial.

QUESTÃO 47

Ainda à luz da LO-PC/GO, assinale a opção correta em relação ao quadro de pessoal, às atribuições dos cargos e às garantias do servidor policial civil de Goiás.

- A** Aplicam-se aos policiais civis do estado de Goiás as mesmas regras de promoção fixadas para os demais servidores públicos estaduais.
- B** Os cargos em comissão de gerente de administração e finanças e gerente da assessoria técnico-policial poderão ser ocupados por agentes ou escrivães da polícia.
- C** Para o cômputo de tempo de antiguidade na classe em que se encontra o servidor, não serão deduzidos o interregno ocorrido em razão do tempo de afastamento devido a licença por motivo de saúde.
- D** As chefias de cartório e de investigação de cada delegacia de polícia somente poderão ser ocupadas, respectivamente, por um agente de polícia e um escrivão de polícia de classe especial.
- E** São atribuições do chefe de cartório, entre outras, o gerenciamento do atendimento ao público e o registro de ocorrências criminais.

QUESTÃO 48

O estágio probatório de servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do governo do estado de Goiás tem o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado. Os requisitos básicos a serem apurados no referido estágio probatório, previstos na LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações, incluem

- A** idoneidade moral.
- B** disciplina.
- C** iniciativa.
- D** vigor físico.
- E** aptidão.

QUESTÃO 49

Juscelino, servidor público do estado de Goiás, praticou, no exercício da função, ato que resultará em sua responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa. Entretanto, a sentença criminal o absolveu por falta de provas.

Nessa situação hipotética, de acordo com a LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações,

- A** a absolvição criminal afasta a responsabilidade administrativa, mas não a responsabilidade civil de Juscelino.
- B** as responsabilidades civil e administrativa não poderão acumular-se, pois são dependentes.
- C** seria necessário que o ato praticado por Juscelino tivesse sido doloso, para que ele fosse responsabilizado civilmente.
- D** a absolvição criminal não afasta as responsabilidades civil e administrativa de Juscelino.
- E** a absolvição criminal afasta a responsabilidade civil, mas não a responsabilidade administrativa de Juscelino.

QUESTÃO 50

Se os motivos determinantes da aposentadoria por invalidez de determinado funcionário do estado de Goiás forem considerados insubsistentes, o retorno desse funcionário às atividades no mesmo cargo será considerado, de acordo com a LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações,

- A** readaptação.
- B** reversão.
- C** aproveitamento.
- D** reintegração.
- E** recondução.

Espaço livre